

# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



## ATA DE ASSEMBLEIA DISSÍDIO DE APROVAÇÃO METALURGIA ESTADUAL

Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

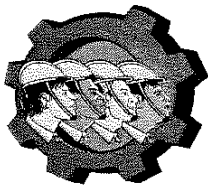
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

Às 9:00 horas) do dia 25 de março do ano de 2023, reuniram-se os trabalhadores integrantes da categoria profissional da categoria Metalúrgica, convocados, através do edital, para assembleia geral. Abrindo os trabalhos, o companheiro Jorge Luis Ramos, Presidente da Entidade, fez a leitura da **ORDEM DO DIA**: 1º) Examinar a proposta patronal para a Convenção Coletiva de Trabalho de 2023/2024; 2º) Aprovar o conteúdo das Cláusulas Econômicas e sociais que farão parte da Convenção Coletiva; 3º) Aprovar a criação de cláusula de contribuição assistencial/desconto negocial e seu valor, a ser descontada dos trabalhadores beneficiados pela Convenção Coletiva. 4º) Assuntos Gerais. Foi esclarecido que a proposta de Convenção Coletiva de 2023/2024 esta composta das seguintes cláusulas: **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO**: A partir de 1º de maio de 2023, é estabelecido um salário normativo admissional no valor de R\$1.678,60 (um mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) por mês ou R\$7,63 (sete reais e sessenta e três centavos) por hora e, para vigorar a partir do mês seguinte ao que o empregado completar 90 dias no emprego, no valor de R\$1.795,20 (um mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) por mês ou R\$8,16 (oito reais e dezesseis centavos) por hora. 3.1. Esses salários não serão considerados, em nenhuma hipótese, "salário profissional", ou substitutivo do salário mínimo legal. 3.2. Esses salários serão reajustados sempre que houver correção coercitiva e geral de salários, na mesma proporção, não o sendo, porém, quando houver majoração do Salário Mínimo Nacional ou do Piso Estadual, em relação aos quais não têm qualquer vinculação. 3.3. Ao aprendiz, contratado nos termos do Decreto nº 5.598, de 1º.12.2005, é assegurado um salário normativo admissional no valor de R\$6,03 (seis reais e três centavos) por hora. 3.3.1. Esse salário normativo ao aprendiz não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional. **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**: Os empregados integrantes da categoria profissional representada pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul (e Sindicatos Profissionais convenientes) e com atuação nas empresas enquadradas nas categorias econômicas representadas pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul - Sinmetal, Sindicato Nacional das Indústrias de Máquinas - Sindimaq e Sindicato Nacional das Indústrias de Componentes Automotivos - Sindipeças, localizadas nos municípios elencados na Cláusula Segunda, admitidos até 30.04.2022, terão seus salários de 1º de maio de 2022, resultantes do disposto no "caput" da cláusula 4ª (quarta) das Convenções Coletivas de Trabalho registradas sob os nºs RS001915/2022 e RS002154/2022 e protocoladas sob os nºs 10264.104800/2022-75 e 10264.105281/2022-62, respectivamente, como previsto em seus itens 4.1 e 4.7, conforme o caso, com vigência a partir de 1º de maio de 2022, majorados, em 1º de maio de 2023, em 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), a incidir sobre a parcela de até R\$8.109,20 (oito mil, cento e nove reais e vinte centavos) por mês, equivalente



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

Três de Maio

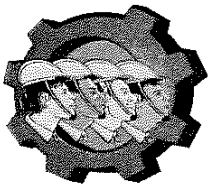
Três Passos

Tucunduva

a R\$36,86 (trinta e seis reais e oitenta e seis centavos) por hora, o que corresponde a uma majoração máxima de R\$364,91 (trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos) no salário mensal ou de R\$1,66 (um real e sessenta e seis centavos) no salário por hora. 04.1. Os empregados admitidos após 1º de maio de 2022 terão seus salários majorados na razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado, ou fração igual ou superior a 14 dias, dos índices de reajuste acima especificados:

ADMISSÃO	Nº DE MESES	PERCENTUAL (%)	Valor Máximo (R\$)
Até 17/05/2022	12	4,500%	364,91
18/05/2022 a 16/06/2022	11	4,125%	334,50
17/06/2022 a 16/07/2022	10	3,750%	304,10
17/07/2022 a 17/08/2022	9	3,375%	273,69
18/08/2022 a 16/09/2022	8	3,000%	243,28
17/09/2022 a 17/10/2022	7	2,625%	212,87
18/10/2022 a 16/11/2022	6	2,250%	182,46
17/11/2022 a 17/12/2022	5	1,875%	152,05
18/12/2022 a 17/01/2023	4	1,500%	121,64
18/01/2023 a 15/02/2023	3	1,125%	91,23
16/02/2023 a 17/03/2023	2	0,750%	60,82
18/03/2023 a 16/04/2023	1	0,375%	30,41

04.2. O teto máximo de aplicação dos reajustes previstos no "caput", supra, corresponde à importância de R\$8.109,20 (oito mil, cento e nove reais e vinte centavos) aos salários fixados por mês e de R\$36,86 (trinta e seis reais e oitenta e seis centavos) aos salários fixados por hora. 04.2.1. Os empregados com salários iguais ou superiores aos tetos e limites, antes fixados, receberão a correção pelo valor do limite fixo. 04.3. Em hipótese alguma, decorrente do antes clausulado, poderá o salário de empregado mais novo na empresa, independentemente de cargo ou função, ultrapassar o de mais antigo. 04.4. Serão compensadas todas as majorações salariais concedidas a contar de 01.05.2022, salvo as não compensáveis, definidas como tais pela antiga Instrução nº 04 do Tribunal Superior do Trabalho. 04.5. Os salários, resultantes do ora clausulado, se mensais, serão arredondados, se for o caso, para a unidade de centavo de real imediatamente superior e, se por hora, serão calculados até a unidade de centavo, desprezando-se a terceira casa após a vírgula. 04.6. Fica perfeitamente esclarecido que a majoração salarial ora estabelecida o foi de forma transacional, restando com isso quitada a inflação registrada até 30.04.2023. 04.7. O salário que servirá de base para os reajustamentos coercitivos futuros será o resultante da aplicação do "caput" desta cláusula, ou seja, o que seria devido em 1º de maio de 2023, resultante da revisão anterior, com a correção de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) previsto no "caput". 04.8. As diferenças salariais decorrentes do estabelecido na cláusula 3ª (Salário Normativo) e na cláusula 4ª



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

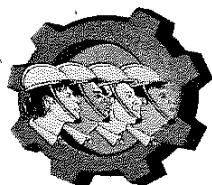
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

6.2. Poderão ser compensados no valor deste ABONO ÚNICO eventuais melhorias salariais concedidas por adiantamento ou compensação no período revisando. 6.3. Este ABONO ÚNICO não integrará o salário ou a remuneração para nenhum efeito, nem mesmo, para os pagamentos de repousos, férias ou gratificação natalina, bem como para incidências relativas ao INSS ou ao FGTS, como disciplinado pelo disposto nos artigos 144 e 457, §2º da CLT e do artigo 28, § 9º, alínea "e", item 7, da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711, de 20.11.1998. CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS AUTORIZADOS: As empresas somente poderão efetuar desconto nos salários de seus empregados quando expressamente autorizados e quando se referirem a empréstimos bancários na forma da Lei nº 10.820, de 17.12.2003, associação, fundações, cooperativas, seguros, previdência privada, transporte, refeições, compras no próprio estabelecimento, inclusive de ferramentas e utensílios de trabalho não devolvidos, e convênios com médicos, dentistas, clínicas, óticas, funerárias, farmácias, hospitais, casas de saúde, laboratórios, lojas e supermercados, mensalidades sindicais e mensalidades relativas a pagamento de cursos realizados na Escola Técnica José César de Mesquita. 01. As mensalidades devidas ao Sindicato dos Trabalhadores serão descontadas mediante listagem por este fornecida. O Sindicato fornecerá cópia autenticada da autorização do associado para desconto em folha das mensalidades, no caso da empresa ser demandada na Justiça para ressarcir esse tipo de desconto. Assim como o Sindicato dos Trabalhadores se compromete a ressarcir a empresa, no caso de condenação nesse tipo de Ação, desde que procedida a defesa. 02. Ficam ressalvados os descontos efetuados em decorrência de prejuízos causados por dolo ou culpa. 03. O somatório dos descontos realizados com base no previsto no "caput" desta cláusula não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do salário-base do empregado no mês. CLÁUSULA OITAVA - GRATIFICAÇÃO NATALINA: Fica assegurado: a) O direito de os empregados, independentemente de requerimento, receberem a primeira parcela (50%) da gratificação natalina (13º salário) por ocasião da concessão do gozo de férias individuais e, no caso de férias coletivas, de recebê-la após o retorno de seu gozo. b) O direito ao recebimento da segunda parcela da gratificação natalina juntamente com o pagamento das férias que forem gozadas entre os dias primeiro e vinte de dezembro. c) As férias gozadas no mês de dezembro, cujo o término ocorra no mês de janeiro a antecipação da parcela da gratificação natalina poderá ser efetivada em junho; caso haja requerimento do trabalhador, esse pagamento deverá ser antecipado para o mês de março. CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS E DOMINGOS E FERIADOS: As horas extras, nos dias úteis, serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) para as 2 (duas) primeiras e 100% (cem por cento) para as demais, excedentes à jornada compensatória. Em havendo esta jornada, as horas extras trabalhadas aos sábados serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) para as 4 (quatro) primeiras e com adicional de 100% (cem por cento) para as demais. As horas realizadas nos domingos e feriados, quando não compensados, serão pagas com o



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

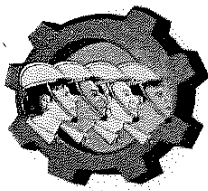
Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

(Reajuste Salarial), se houverem, serão pagas, sem acréscimos ou outras correções na folha de pagamento de salários relativas, o mais tardar, ao mês de junho de 2023, sem quaisquer ônus ou penalidades. **CLÁUSULA QUINTA - RECIBOS DE SALÁRIO:** As empresas fornecerão aos seus empregados cópias dos recibos ou, quando o pagamento for efetuado mediante depósito bancário em conta corrente, demonstrativo contendo a identificação da empresa, a discriminação das importâncias pagas, dos descontos efetuados, bem como o registro do valor mensal devido à conta vinculada do FGTS. 5.1. O comprovante de depósito bancário identificado de salário e benefícios possui valor de recibo e exime a obrigatoriedade de assinatura do funcionário no contracheque, desde que esteja escrito e identificado no comprovante de depósito. 5.2. A redução da hora noturna e o respectivo adicional salarial poderão ser pagos sob um único título. 5.3. Se, após o recebimento do comprovante do pagamento de salário, for constatada alguma diferença salarial a favor do empregado, esse deverá comunicá-la à empregadora, a qual, se incontroversa a diferença acusada, deverá pagá-la no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da comunicação, ainda que sob a forma de "vale". **CLÁUSULA SEXTA - ABONO ÚNICO:** Fica estabelecido um ABONO ÚNICO, desvinculado do salário e da remuneração conforme disposto no art. 457, §2º da CLT, a todos os empregados com contrato de trabalho em vigor em 1º de junho de 2023 e admitidos até 30 de abril de 2022, a ser satisfeito na folha de pagamento do mês de agosto de 2023, nas seguintes bases e condições: a) Empresas com até 100 (cem) empregados: No valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais); b) Empresas com mais de 100 (cem) empregados: No valor de 200,00 (duzentos reais); 6.1. Aos empregados admitidos após 1º de maio de 2022, o valor deste ABONO ÚNICO será proporcional ao tempo de serviço, à razão de 1/12 avos (um doze avos) por mês trabalhado, ou fração igual ou superior a 14 dias:

ADMISSÃO	Nº DE MESES	ABONO ATÉ 100 EMPREG. (R\$)	ABONO MAIS DE 100 EMPREG. (R\$)
Até 17/05/2022	12	150,00	200,00
18/05/2022 a 16/06/2022	11	137,50	183,33
17/06/2022 a 16/07/2022	10	125,00	166,67
17/07/2022 a 17/08/2022	9	112,50	150,00
18/08/2022 a 16/09/2022	8	100,00	133,33
17/09/2022 a 17/10/2022	7	87,50	116,67
18/10/2022 a 16/11/2022	6	75,00	100,00
17/11/2022 a 17/12/2022	5	62,50	83,33
18/12/2022 a 17/01/2023	4	50,00	66,67
18/01/2023 a 15/02/2023	3	37,50	50,00
16/02/2023 a 17/03/2023	2	25,00	33,33
18/03/2023 a 16/04/2023	1	12,50	16,67



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

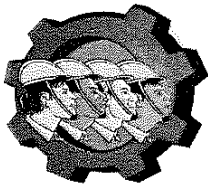
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

adicional de 100% (cem por cento). **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO:** É mantido o adicional por tempo de serviço de 3,00% (três por cento) a incidir sobre o salário contratual do empregado beneficiado, por quinquênio de trabalho prestado pelo trabalhador ao mesmo empregador. 01. Para os empregados que completarem o tempo de serviço necessário à percepção do adicional por tempo de serviço a partir de 01.05.2002, o percentual referido no item anterior incidirá sobre a parcela do salário contratual equivalente a até R\$6.749,04 (seis mil e setecentos e quarenta e nove reais e quatro centavos) por mês, a contar de 1º de maio de 2023. 02. Para os empregados que completaram e adquiriram quinquênio antes de 01.05.2002, fica assegurada a incidência do percentual de 3,00% (três por cento) sobre o total do salário contratual, utilizando-se o limite, ora estabelecido, apenas para os quinquênios completados e adquiridos depois de 01.05.2002. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL NOTURNO:** Os trabalhadores que cumprirem a jornada de trabalho pelo menos 5 (cinco) horas em horário considerado noturno, ou seja, das 22:00 às 05:00 horas, e a estenderem para além deste limite, deverão receber também o adicional noturno quanto às horas prorrogadas limitadas até o horário das 07:00 horas da manhã. Parágrafo único. Os efeitos pecuniários da vantagem instituída nesta cláusula se dará a contar de 1º.05.2010. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE:** Em atendimento à expressa reivindicação das entidades sindicais profissionais, é facultado às empresas, mediante requerimento dos trabalhadores interessados e em caráter alternativo, ressarcir o valor mensal relativo ao vale-transporte para uso de combustível em veículo próprio. I – A faculdade prevista nesta cláusula não dispensa o empregado de, periodicamente, informar ao empregador o itinerário utilizado para o deslocamento entre a sua residência e o trabalho e vice-versa e especialmente quando este sofrer alteração. II – Os valores satisfeitos em decorrência desta cláusula não têm natureza remuneratória, ou seja, têm natureza indenizatória, não integrando a remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS e não configura rendimento tributável do beneficiário. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FORMAÇÃO PROFISSIONAL:** Os empregados que contarem com tempo de serviço igual ou superior a 180 dias e estiverem frequentando cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional, de interesse da empresa e vinculados às funções do empregado, terão direito ao ressarcimento de 50% (cinquenta por cento) das despesas com inscrição e respectivas mensalidades, devidamente comprovadas, até o limite total anual no valor de R\$1.783,34 (um mil e setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos). Parágrafo único. O ressarcimento previsto no "caput" desta cláusula está condicionado ao aproveitamento do curso pelo empregado interessado. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESTUDO:** Aos empregados que percebam salários de até R\$7.086,89 (sete mil e oitenta e seis reais e oitenta e nove centavos) e possuam tempo de serviço igual ou superior a 90 (noventa) dias, bem como que estejam matriculados e frequentando estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, em curso regular de nível fundamental, médio ou superior, as empresas concederão uma ajuda de custo anual, não integrável ao



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

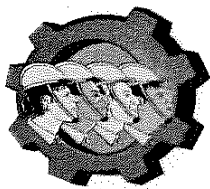
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

salário, no valor de R\$1.783,34 (um mil e setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), em 2 (duas) parcelas iguais de R\$891,67 (oitocentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos) cada uma, sendo a primeira até 30 de outubro de 2023, relativa ao primeiro semestre letivo do ano de 2023 e a segunda até 30 de abril de 2024, relativa ao segundo semestre letivo de 2023. 01. A vantagem prevista no "caput" desta cláusula é extensiva aos cursos supletivos ou de certificação do Primeiro Grau, de no mínimo 800 (oitocentas) horas, reconhecidos pela autoridade competente em matéria educacional, salvo em se tratando de programa de Educação de Jovens e Adultos, hipótese em que a duração horária mínima exigida é de 500 (quinhentas) horas. 02. Para receber o valor do Programa de Incentivo ao Estudo previsto nesta Cláusula, o trabalhador deverá apresentar na empresa o comprovante de matrícula e de frequência. 03. Ficam desobrigadas de conceder esta vantagem as empresas que mantêm programa próprio de incentivo à educação em condições mais benéficas. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL:** No caso de falecimento do empregado, a empregadora pagará a seu cônjuge e, na falta deste, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, mediante apresentação do comprovante fornecido por este órgão, a título de "auxílio-funeral", importância equivalente a 2 (duas) vezes o salário nominal do empregado falecido, até o limite de R\$5.308,03 (cinco mil e trezentos e oito reais e três centavos). 01. Em caso de morte decorrente de acidente do trabalho, exceto os de trajeto, mas incluídos os que ocorram em objeto de serviço à empregadora, o auxílio será pago em valor dobrado. 02. Ficam excluídas desta obrigação as empresas que mantenham ou venham a manter seguro de vida para seus empregados, cuja parcela subsidiada do prêmio assegure indenização em valor igual ou superior ao estabelecido no "caput". 03. Na falta de designação do beneficiário pela Previdência Social, o auxílio será pago ao(s) dependente(s) constante(s) na ficha de registro do empregado. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE:** A contar de 1º de maio de 2023, as empresas com no mínimo 15 (quinze) empregadas com mais de 16 (dezesseis) anos de idade e que não possuam creche própria, ou convênio com creches particulares, em condições mais favoráveis, deverão reembolsar diretamente à empregada as despesas comprovadamente havidas com a guarda, vigilância e assistência de filho, inclusive o legalmente adotado, em creche que preencha os requisitos legais, de sua livre escolha, até o limite de R\$352,43 (trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), por filho (a), pelo período de 26 (vinte e seis) meses, contados do retorno do auxílio maternidade. 01. O auxílio-creche objeto dessa cláusula não integrará, para nenhum efeito, o salário da empregada. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA:** Não será admitida a contratação experimental dos empregados readmitidos para o exercício da mesma função por uma mesma empresa, inclusive as do mesmo grupo econômico e com a mesma atividade, salvo se tiver transcorrido um tempo mínimo de 12 (doze) meses entre um contrato e outro. Parágrafo único. Igualmente não será admitida a contratação por experiência de pessoal que, como trabalhadores temporários, tenham imediatamente antes prestado serviços, na mesma função, à mesma empresa. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMUNICAÇÃO**



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

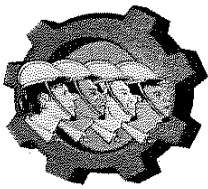
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

DOS MOTIVOS DA RESCISÃO COM JUSTA CAUSA: Quando o empregado for demitido sob alegação de falta grave, a empresa deverá informar-lhe, por escrito e contra recibo, o enquadramento legal de sua decisão. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PRAZO PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS:** Como modo de equacionar dúvidas e unificar procedimentos, fica definido que, quando da rescisão ou extinção de contratos de trabalho, devem ser observados os seguintes prazos, para pagamento das "parcelas rescisórias", cabendo à empresa informar ao empregado, por escrito, o dia, horário e local em que será efetuado esse pagamento: a) Aviso prévio concedido pela empresa: a.1) Com dispensa do cumprimento: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da comunicação ao empregado; a.2) Indenizado: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da comunicação ao empregado; a.3) Trabalhado: pagamento no dia seguinte ao término do contrato (31º dia, contado da data da comunicação ao empregado). b) Aviso prévio concedido pelo empregado: b.1) Trabalhado: pagamento no dia seguinte ao término do contrato (31º dia, contado da data da comunicação à empresa). b.2) Com pedido de dispensa: b.2.1) não atendido: pagamento no dia seguinte ao término do contrato (31º dia, contado da data da comunicação à empresa); b.2.2) Atendido: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da demissão. c) Demissão com justa causa (não há aviso prévio): pagamento em 10 (dez) dias, contados da data da demissão. d) Contratos por prazo determinado, inclusive de experiência: d.1) Término do prazo pactuado: pagamento no dia seguinte ao término do contrato. d.2) Rescisão antecipada: pagamento em 10 (dez) dias, contados da data de comunicação ao empregado ou à empresa, não podendo ocorrer em data posterior àquela em que seria efetuado o pagamento, se não houvesse a rescisão antecipada do contrato. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO/HOMOLOGAÇÃO:** A homologação da rescisão contratual deverá obedecer ao prazo previsto no art. 477, parágrafo 6º da CLT, mesmo que tenha havido depósito bancário dos valores. Parágrafo primeiro: quando o empregado estiver cumprindo aviso prévio concedido pela empresa, as 2 (duas) horas a que tem direito para procurar outro emprego serão concedidas, conforme sua opção, no início do expediente diário, por 1 (um) dia completo ou 2 (duas) manhãs durante a semana. Nestas duas últimas hipóteses, a empresa concederá as horas que excederem nos demais dias. Poderá, ainda, o empregado optar pela redução correspondente a 7 (sete) dias corridos. Parágrafo segundo: o empregado pré-avisado da rescisão contratual poderá, no momento ou no curso do período, solicitar o seu imediato desligamento, ocorrendo, então, o encerramento do contrato, sem o cumprimento e o pagamento do período restante. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO/HOMOLOGAÇÃO:** A homologação da rescisão contratual deverá obedecer ao prazo previsto no art. 477, parágrafo 6º da CLT, mesmo que tenha havido depósito bancário dos valores. Parágrafo primeiro: quando o empregado estiver cumprindo aviso prévio concedido pela empresa, as 2 (duas) horas a que tem direito para procurar outro emprego serão concedidas, conforme sua opção, no início do expediente diário, por 1 (um) dia completo ou 2 (duas) manhãs durante a semana. Nestas duas últimas hipóteses, a empresa concederá as horas que excederem nos demais dias. Poderá, ainda, o



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

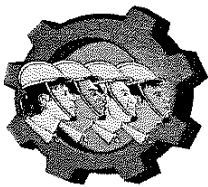
Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

empregado optar pela redução correspondente a 7 (sete) dias corridos. Parágrafo segundo: o empregado pré-avisado da rescisão contratual poderá, no momento ou no curso do período, solicitar o seu imediato desligamento, ocorrendo, então, o encerramento do contrato, sem o cumprimento e o pagamento do período restante. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGO OU DE SALÁRIO AO APOSENTANDO:** Ao empregado que comprovar perante a empregadora, na forma estabelecida no item 04, infra, estar a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria e que conte com um mínimo de 8 (oito) anos, sendo os 3 (três) últimos ininterruptos, na atual empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para adquirir o direito à aposentar-se. A garantia de emprego ou salário cessa automaticamente findos os 12 (doze) meses. 01. Nas mesmas condições, ao empregado que contar com um mínimo de 16 (dezesesseis) anos, sendo os 6 (seis) últimos ininterruptos na atual empresa, a garantia fica elevada para 24 (vinte e quatro) meses. 02. Esta garantia será concedida, em qualquer caso, por uma única vez. 03. Em relação a esta garantia, poderá haver acordo no sentido de que o empregado deixe de prestar serviços, sem prejuízos da remuneração média apurada nos últimos 6 (seis) meses, a qual continuará a ser paga, como se trabalhando estivesse, até o final da garantia. Nestes casos, os pagamentos deverão ser efetuados nas mesmas datas em que o forem para os demais empregados. 04. O empregado, ao implementar a condição de tempo de serviço pré-aposentadoria, deverá comprovar perante a empregadora, mediante certidão fornecida pelo INSS, ou mediante declaração própria acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios, encontrar-se a 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) meses, conforme for o caso, da aquisição do direito à aposentadoria, sob pena de, enquanto assim não proceder, não gozar da garantia prevista no "caput". A referida garantia cessará, automaticamente, quando o empregado completar o tempo de serviço exigido para aquisição do direito à aposentadoria. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SERVIÇOS EMERGENCIAIS:** O integrante da categoria profissional que for convocado para prestar serviços em caráter de emergência, qualquer que seja a duração efetiva do trabalho que vier a realizar, sem considerar o tempo de deslocamento, perceberá, pelo menos, o pagamento equivalente ao que perceberia na realização de 2 (duas) horas suplementares. Para efeito desta cláusula, considerar-se-á emergencial a convocação para a prestação de trabalho durante o intervalo de uma para outra jornada, dos integrantes da categoria profissional conveniente, que estiverem nas respectivas residências, situação que deverá ser documentada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da referida convocação. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - INTERRUPTÕES NO HORÁRIO DE TRABALHO:** As interrupções do trabalho, dentro do horário normal de serviço, que tenham origem em causas provocadas pela empresa, não poderão ser descontadas dos salários dos trabalhadores. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÕES CUMULATIVAS:** As possibilidades e faculdades estipuladas nas Cláusulas 26ª a 28ª poderão ser adotadas simultânea e complementarmente, inclusive nas atividades de que trata a NR 15 da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suprida assim, a exigência do art. 60 da CLT, nos





## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Mauricio Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

corridos, o qual, em 48 (quarenta e oito) horas, fará a indicação de um representante para acompanhar a votação prevista no "caput" desta cláusula. A indicação de representante recairá em empregado da empresa que detiver mandato de Diretor do Sindicato, Delegado

Sindical ou Membro de Comissão de Fábrica e que esteja exercendo suas atividades na empresa. Nas empresas em que tal hipótese não ocorra o Sindicato dos Trabalhadores poderá indicar qualquer dos seus diretores, exceto aqueles que estiverem em litígio com a respectiva empresa. 04. O presente regime poderá ser implantado de modo cumulativo com os regimes previstos nas Cláusulas 26ª e 28ª, sem que tal implique em nulidade de qualquer de tais regimes. 05. Para a votação referida no "caput", supra, deverá ocorrer a participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos empregados abrangidos pela proposta de compensação. **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO PARA O GOZO DE FOLGAS:** Poderá haver a supressão do

trabalho em determinado dia ou dias, mediante compensação com trabalho em outro ou outros dias, ou com supressão dos salários, com vistas a alargamento de períodos de repousos semanais ou de feriados, bem como por ocasiões especiais como as de Natal, Ano Novo, Carnaval, etc. 01. Nas empresas ou estabelecimentos com até 50 (cinquenta) empregados e para a efetivação do

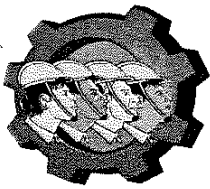
ora estipulado, deverá haver proposta ou anuência da empresa e adesão mínima de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos empregados votantes, comprovável em documento que contenha a assinatura destes. 02. Para as empresas ou estabelecimentos com mais de 50 (cinquenta) empregados, a proposta de compensação deverá ser aprovada, em votação secreta, por no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos empregados votantes. 03. Sempre que o Sindicato dos Trabalhadores solicitar, deverá ser-lhe enviada cópia da lista dos empregados acordantes, para fins de conferência. 04. Para as votações referidas nos itens 01 e 02, supra, deverá ocorrer a participação de

pelo menos 80% (oitenta por cento) dos empregados abrangidos pela proposta de compensação. **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - INTERVALOS INTRAJORNADA:** Nos termos do art. 611-A, III, da Consolidação das Leis do

Trabalho, poderá haver redução do intervalo mínimo de uma hora para até meia hora, desde que: a - a empresa atenda integralmente às exigências concernentes à organização do(s) refeitório(s); b - os empregados não estejam submetidos a regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.; 01. A

redução do intervalo deverá ser, preliminarmente, acertada entre a empresa e seus empregados e com o respectivo Sindicato Profissional, mediante "termo complementar" a esta Convenção de Trabalho, firmado obrigatoriamente, entre o Sindicato dos trabalhadores e a empresa interessada, com assistência do respectivo Sindicato Patronal, o qual deverá conter: a - a especificação do (s)

estabelecimento (s) em que será implantada, bem como, se for o caso, para determinada Seção, Setor, Linha de Produção ou Serviço; b - a necessidade e conveniência da redução; c - a especificação dos períodos de duração dos intervalos, que não poderão ser inferiores a 30 (trinta) minutos; d - as garantias oferecidas pela empregadora em relação às condições de repouso e da alimentação; e - os casos de cessação da redução e os procedimentos à readequação dos horários e suas consequências; f - a expressa proibição da



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

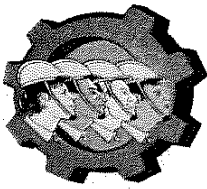
Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

termos do art. 64, II, da Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA: I) COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO SEMANAL: As empresas, respeitado o número de horas de trabalho contratual semanal, poderão ultrapassar a duração de 8 (oito) horas diárias, até o máximo legal permitido, visando a compensação de horas não trabalhadas aos sábados e/ou sextas-feiras, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, ressalvando-se, quando se tratar de empregado menor de idade, a existência de autorização de médico da empresa ou do Sindicato dos Trabalhadores. 01. Uma vez estabelecido este regime, não poderá haver a supressão sem a concordância prévia do empregado, salvo se decorrer de imposição legal ou judicial. 02. Os Sindicatos convenientes, por entenderem que é do interesse de seus representados a implantação e/ou manutenção, mesmo na hipótese de atividade insalubre, do regime de compensação de horário e por não desejarem os empregados voltar a trabalhar aos sábados, aqueles que já não o trabalham, estabelecem, como forma de prevenir litígios, que a exigência do disposto no art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho será observada somente quando ultrapassada a carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas. 03. A realização de horas extraordinárias, mesmo que de modo habitual ou aos sábados, não descaracteriza ou invalida o regime de compensação ora previsto.

04. Na vigência do regime de compensação de horário pela supressão do trabalho aos sábados, ressalvados os procedimentos mais favoráveis já praticados pela empregadora, os feriados que ocorrerem: a) de segunda a sexta-feira serão remunerados como mais um repouso (07:20 horas = 7,33 horas); b) no sábado serão remunerados como horas extras, com o adicional de 50% (cinquenta por cento), facultado às empresas, ao invés de remunerarem as horas de feriado como extras, suprimir 07:20 horas (= 7,33 horas) da carga horária semanal, mediante redução da jornada em um ou mais dias, ou mediante ajuste de compensação anual. II) COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO INTERSEMANAL: No regime horário em que não ocorra compensação de horas de trabalho, como previsto no item "I" supra, e desde que observado o limite constitucional de 8 (oito) horas diárias, poderá haver compensação de uma semana para outra, trabalhando-se em uma semana 5 (cinco) dias de oito horas e em outra 6 (seis) dias de oito horas, isto é, uma semana de 40:00 horas e outra de 48:00 horas, no máximo, visando a que os empregados gozem de folga alternada sábado sim e o seguinte não. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - RÉGIME ESPECIAL DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO: As empresas poderão adotar o regime de compensação previsto no art. 59, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, mediante proposta aprovada por 55% (cinquenta e cinco por cento) dos empregados votantes, através de votação secreta. 01. A adoção do regime de compensação ora aludido poderá ser para a empresa toda, ou para determinada unidade ou setor. 02. O citado regime só passará a vigorar após 5 (cinco) dias corridos de sua aprovação. 03. As empresas que desejarem fazer uso do regime previsto nesta cláusula deverão, obrigatoriamente, comunicar o Sindicato dos Trabalhadores, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

Três de Maio

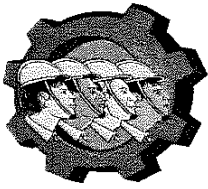
Três Passos

Tucunduva

possibilidade de indenização ou supressão do intervalo. 02. O Sindicato dos Trabalhadores, quando solicitado pela empresa interessada ou pelos empregados da mesma, não poderá se negar a intermediar a implantação da redução de intervalo intrajornada, sendo que, para estabelecer e firmar o "termo complementar", como previsto no item 1, supra, deverá se valer de listagem com a assinatura dos empregados interessados com a aprovação de no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) dos que terão o intervalo reduzido. 03. Para a celebração do "termo complementar", o Sindicato dos Trabalhadores não poderá

pleitear a negociação e/ou inclusão de disposições ou vantagens não inerentes à redução do intervalo. 04. O "termo complementar" fará referência a esta cláusula e ao número de registro desta Convenção Coletiva no órgão do Ministério do Trabalho e Emprego. 05. No caso de determinação, administrativa ou judicial, de cessação, por qualquer motivo, do intervalo reduzido, não acarretará, no período em que foi observado, nenhum pagamento ou indenização aos empregados. 06. Na implantação da redução do intervalo intrajornada, a empresa deverá levar em conta situações especiais de gestantes, estudantes e demais trabalhadores com outros compromissos. 07. A duração reduzida do intervalo será implementada após a sua autorização pelo órgão do

Ministério do Trabalho e Emprego. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REGISTRO EM CARTÃO PONTO:** As empresas poderão dispensar a marcação do ponto no horário do intervalo para repouso e alimentação, permitida a pré-assinalação do período respectivo, nos termos do §2º do art. 74, da CLT. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - SISTEMA DE PONTO ELETRÔNICO ALTERNATIVO:** Ficam as empresas autorizadas a adotar sistemas eletrônicos alternativos de controle de jornada de trabalho nas atividades externas, conforme disposto no inciso X do art. 611-A, da CLT, com redação conferida pela Lei nº 13.467/2017. **Parágrafo primeiro.** Os sistemas de controle de ponto deverão ser fornecidos pelas empresas, sem ônus para o trabalhador. **Parágrafo segundo.** As empresas que adotarem os sistemas alternativos deverão comunicar por escrito o sindicato dos trabalhadores. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO HÍBRIDA:** Observadas as disposições sobre compensação de jornada (Cláusulas 25ª, 26ª, 27ª e 28ª), as empresas poderão estabelecer com seus empregados condições de flexibilização do local de trabalho (trabalho à distância, remoto, home office, híbrido e/ou teletrabalho), de todas as áreas, departamentos ou setores específicos da empresa cujas atividades sejam compatíveis com tal regime, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação, sem que configurem trabalho externo nos termos do art. 62, I, da CLT. 1. As regras, inclusive de segurança e saúde do trabalho, assim como as responsabilidades de cada parte deverão ser estabelecidas de comum e expreso acordo através do contrato de trabalho ou aditivo contratual onde constará a modalidade, as responsabilidades de cada parte e se haverá eventual reembolso ou ajuda de custo de natureza indenizatória que, todavia, não deverá integrar a remuneração do empregado, preservado o fornecimento de vale refeição/alimentação, quando já recebido pelo empregado. 2. O trabalho remoto



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Mauricio Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

Três de Maio

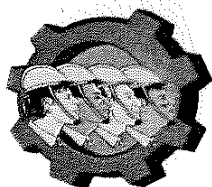
Três Passos

Tucunduva

não estará sujeito ao controle de jornada nos termos do art. 62, III, da CLT e o empregado deverá desempenhar suas atividades de acordo com as atribuições ajustadas com o empregador, sendo que na eventual utilização de sistema, login e logout não serão considerados para apuração de horas extras, tampouco como caracterização de regime de sobreaviso, prontidão ou tempo à disposição. 3. Como forma de resguardo às normas de medicina e segurança do trabalho, empregado e empregador deverão observar: a) a limitação do trabalho a sua jornada contratual; b) o cumprimento de, no mínimo, 01 horas de intervalo intrajornada quando o trabalho diário for superior a 06 horas, salvo se ajustado individualmente; c) o respeito ao intervalo mínimo de 11 horas entre duas jornadas de trabalho; d) o descanso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas. 4. O empregador poderá requerer alteração do regime estabelecido para presencial mediante comunicação, por qualquer meio, com 72 (setenta e duas horas) de antecedência. CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FÉRIAS ANUAIS: Fica assegurado: a) que o período de gozo de férias não poderá ter início em sextas-feiras, ou em véspera de feriados e feriados, de Natal ou de Ano Novo. Excepcionalmente, para o ano de 2023, considerando que os feriados de Natal e Ano Novo recaem em segunda-feira, as empresas ficam autorizadas a conceder férias, individuais ou coletivas, com início nos dias 21 e/ou 28 de dezembro (quinta-feira), respectivamente. b) para os empregados que trabalham em regime de turnos, como por exemplo, 6x2, 4x2 ou 4x1, as férias não poderão ter início em dia(s) destinado(s) ao repouso semanal remunerado. c) a possibilidade de, por solicitação do empregado, o gozo de férias ser concedido por antecipação aos que não tiverem período aquisitivo completo e sem que este se modifique, considerando-se como quitados os dias gozados. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LICENÇAS REMUNERADAS: O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, nos casos comprovados de: a) Efetiva internação de cônjuge, por um dia; b) Efetiva hospitalização de filho menor de 10 (dez) anos, por 2 (dois) dias; c) Por 2 (dois) dias, 1 (um) em cada semestre, para exercer a faculdade assegurada ao

empregado e prevista no inciso IV do art. 473, da Consolidação das Leis do Trabalho. d) Por 3 (três) dias úteis consecutivos, em caso de seu casamento, sendo os dias contados da data do casamento ou do dia imediatamente anterior.

Parágrafo único. O empregado deverá comprovar a ocorrência das hipóteses previstas nas alíneas "b" a "d" no dia de seu retorno ao trabalho, e em 15 (quinze) dias na hipótese prevista na alínea "a". CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - LICENÇAS NÃO REMUNERADAS: O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, com prejuízo dos salários, considerando-se como "licença ou dispensa não remunerada", nos casos comprovados de: a) Por até 2 (dois) dias consecutivos, no caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora. b) Necessidade de obtenção dos seguintes documentos, pelo tempo mínimo necessário: Carteira de Identidade Civil, Título Eleitoral, Carteira de Habilitação de Motorista e Carteira do Trabalho e Previdência Social. c) Se dirigente sindical e venha a ser requisitado pelo Sindicato dos Trabalhadores conveniente, desde que com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas,



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

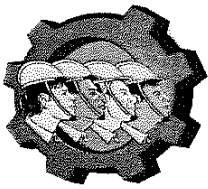
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

até o limite de 30 (trinta) dias durante a vigência desta convenção, estando excluídos desse limite os liberados pela respectiva empregadora e os membros da Executiva da Diretoria do Sindicato. d) Se integrante da CIPA, por 5 (cinco) dias, para participação no curso sobre prevenção de acidentes do trabalho, de que trata a NR-15, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho, e desde que a empregadora não promova ou patrocine curso dessa natureza, devendo o empregado comunicar à empregadora com antecedência mínima de 10 (dez) dias. 01. Na situação prevista na alínea "a", quando houver solicitação do empregado, as horas despendidas poderão ser compensadas, ao invés de serem descontadas pela empresa. 02. Em todos os casos antes enumerados, o empregado beneficiado deverá efetivar a devida comprovação à empregadora, no momento do retorno ao serviço. 03. Nestes casos, de licenças ou dispensas não remuneradas, não haverá prejuízo dos respectivos repousos semanais remunerados e nem serão considerados como faltas, para efeitos de pagamento de férias e de gratificação natalina. 04. Não será concedida a licença posta na alínea "b", quando a providência possa ser efetivada fora do horário de trabalho. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIAS TEMPORÁRIAS DO ESTUDANTE:** As empresas abonarão os períodos de ausência do empregado estudante para efetivação da matrícula ou prestação de exames, em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, em curso regular, quando tal ocorra em horário conflitante com o de trabalho. 01. A estes empregados não poderão as empresas, durante o ano letivo, modificar o horário de trabalho ou exigir a prestação de horas extraordinárias, de modo que prejudique a frequência às aulas. 02. Para usufruir desta vantagem, o empregado deverá comunicar, caso a caso, à empregadora, com uma antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, bem como comprovar a sua ocorrência nas 72 (setenta e duas) horas seguintes. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO – UNIFORMES:** As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados os equipamentos de segurança e proteção obrigatórios nos termos da legislação específica sobre higiene e segurança do trabalho. Também fornecerão gratuitamente uniforme e seus acessórios, quando exigirem seu uso obrigatório em serviço. 01. O empregado se obriga ao uso e manutenção adequados dos equipamentos e uniformes que receber e indenizar a empresa por extravio ou dano. Poderá ser impedido de trabalhar, com perda do respectivo salário e da frequência, quando não se apresentar ao serviço com os respectivos uniformes e/ou equipamentos. Extinto ou rescindido seu contrato de trabalho, deverá o empregado devolver os equipamentos e uniformes de seu uso e que continuam de propriedade da empresa. 02. Quando o empregado sofrer prejuízo por dano em óculos com lentes de grau, decorrente de sua utilização no estrito desempenho de sua atividade laboral, sem ter recebido o devido equipamento de proteção dos referidos óculos, a empregadora obrigarse-á à reposição ou conserto daqueles, observada a mesma qualidade da armação e lentes que foram danificadas. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – CIPA:** Todo o processo eleitoral das CIPAs e respectiva apuração serão coordenados pelo vice-presidente da CIPA em exercício, em conjunto com o serviço de Segurança e Medicina do Trabalho da empresa. 01. As empresas



# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Mauricio Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

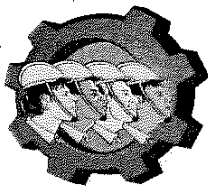
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

fornecerão, gratuitamente, aos membros da CIPA, na ocasião da realização do curso obrigatório para Cipeiros, um manual de atividades e legislação relativa a Higiene e Segurança do Trabalho, atualizando-o sempre que necessário. 02. Não serão aceitas inscrições, para concorrer a cargo de membro da CIPA, de empregados que tiverem contrato de trabalho na condição por prazo determinado. 03. Aos candidatos inscritos será fornecido comprovante de inscrição. 04. Depois de encerradas as inscrições, as empresas comunicarão aos trabalhadores, através de edital, a relação nominal dos candidatos inscritos e respectivos apelidos, devendo manter afixadas cópias desse edital, nos locais habituais de afixação de avisos, até o dia da realização das eleições. 05. As empresas comprometem-se a proporcionar à CIPA local adequado ao desempenho de suas atividades e a resguardar seu uso exclusivo durante as reuniões. 06. A CIPA, por maioria simples de seus membros, poderá convocar reunião extraordinária, para tratar de assunto de sua competência. 07. Quando solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores, as empresas informarão a relação dos eleitos para a CIPA no prazo de 10 (dez) dias. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES:** Os empregados receberão instruções e treinamento sobre os diferentes riscos de acidente do trabalho, condições agressivas à saúde e medidas de proteção relativas às atividades e operações específicas que realizem. 01. Ao empregado que tiver sido submetido a processo de reabilitação profissional através do INSS, será garantido um período de treinamento da empresa de origem, visando sua readaptação funcional. 02. Sempre que, a juízo da CIPA, a integridade física do empregado se encontrar em risco, pela falta de adequadas medidas de proteção, em suas atividades habituais ou tarefas eventuais, a mesma deverá comunicar o fato à empresa. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EXAMES MÉDICOS:** Por ocasião da realização dos exames médicos admissional e periódicos, será emitido pelo médico a serviço da empresa atestado de saúde ocupacional do trabalhador, conforme exigência da NR-7, da Portaria nº 3.214/78, com alteração dada pela Portaria nº 24, de 29.12.94, ambas do Ministério do Trabalho, devendo a empresa fornecer uma cópia ao empregado que o solicitar. Por ocasião da demissão, a empresa fornecerá, contra recibo, cópia do atestado emitido quando do exame médico demissional. 01. No ato de homologação da rescisão contratual, o empregado deverá apresentar a cópia do atestado médico recebido ao ser demitido. Em não o fazendo, a empresa deverá apresentar o recibo de entrega do mesmo ou, se for o caso, a comunicação feita ao empregado, para submeter-se a exame médico, caso ele não tenha comparecido para ser examinado. 02. As empresas se comprometem a liberar, 1 (uma) vez por ano, pelo tempo necessário de, no máximo, um dia, sem prejuízo do salário e sem outros ônus para as empresas, as funcionárias mulheres, para realização de exames preventivos. Ficam dispensadas deste procedimento as empresas que, através de programas ou convênios, já propiciem às empregadas mulheres tal possibilidade. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - EXAMES SUPLEMENTARES:** No caso de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, quando houver solicitação do INSS de exames suplementares não cobertos pelo Convênio Médico e a pedido do trabalhador, poderá a empresa efetuar o pagamento de tais exames ou



## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Maurício Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

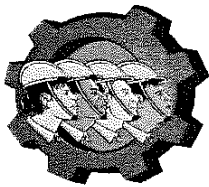
Sede Nova

Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

conceder empréstimo correspondente ao valor do mesmo, até o limite do valor do salário normativo previsto para vigorar no mês seguinte ao que o empregado completar 30 (trinta) dias no emprego, considerando a base mensal de 220 horas. Parágrafo primeiro. No caso de empréstimo, o trabalhador efetuará a devolução, quando da alta do seguro, em parcelas iguais cujo valor não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do salário nominal mensal do empregado. Parágrafo segundo. Em qualquer uma das hipóteses, o local de realização dos exames será de livre escolha do trabalhador. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - EMPRESA QUE NÃO DISPÕE DE SERVIÇO: MÉDICO/ODONTOLÓGICO (ATESTADOS MÉDICOS)** As empresas que não dispuserem de serviços médicos e odontológico validarão os atestados do INSS ou órgãos integrantes do Sistema Único de Saúde e do Sindicato dos Trabalhadores. 01. Os atestados do INSS terão validade nos casos de hospitalização e de real emergência, desde que visados por médico do Sindicato dos Trabalhadores ou da empresa. 02. Não poderá ser exigida a comprovação de aquisição de medicamentos, para aceitação dos atestados médicos e odontológicos. 03. O atestado médico e odontológico deverá ser apresentado pelo empregado à empresa no dia em que retornar ao trabalho ou, por motivo excepcional, até 24 (vinte e quatro) horas após o retorno ao trabalho. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - NECESSIDADES HIGIÊNICAS:** As empresas que empregarem mão-de-obra feminina deverão manter, junto às enfermarias ou caixas de primeiros-socorros, absorventes higiênicos para uso pelas trabalhadoras, em casos emergenciais. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE DIRIGENTES SINDICAIS:** Para efeitos do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, serão considerados detentores de estabilidade no emprego 22 (vinte e dois) dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores. 01. Para efeitos da estabilidade prevista no artigo mencionado, serão considerados os primeiros 22 (vinte e dois) trabalhadores eleitos, constantes da ata de posse. 02. Para as entidades sindicais do interior do Rio Grande do Sul, com exceção do Sindicato de Cachoeirinha, serão considerados detentores de estabilidade no emprego 20 (vinte) dirigentes daquelas entidades. 03. Para o Sindicato de Cachoeirinha, serão considerados detentores de estabilidade no emprego 18 (dezoito) dirigentes daquela entidade. 04. Para efeito do previsto nos itens 02 e 03 supra, serão considerados os primeiros 20 (vinte) ou 18 (dezoito) dirigentes, conforme o caso, constantes da ata de posse. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL:** Por decisão da Assembleia Geral de Trabalhadores, com a presença de sócios e não sócios das entidades, ficou estabelecida uma Contribuição Negocial, com valores que obedecem aos princípios da razoabilidade, a serem descontados dos salários dos empregados beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho. Tais valores deverão ser recolhidos aos Sindicatos no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que for efetivado o desconto. Registra-se que os Sindicatos de Porto Alegre e de Cachoeirinha celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nos autos do IC 002114.2019.04.000/3, no qual está estabelecido a possibilidade de aprovação do desconto na assembleia de aprovação das demais cláusulas. Os Sindicatos de Ijuí, Horizontina, Panambi,



## SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.

**CUT** BRASIL  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Mauricio Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

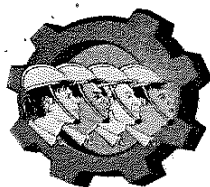
Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

Santa Rosa e Santo Ângelo firmaram acordos com o MPT nos autos das ACPs, respectivamente, processos números: 0000185-96.2010.5.04.0751; 1012700-69.2009.5.04.0541; 0000435-33.2011.5.04.0751; 0124400-49.2009.5.04.0741, estabelecendo igualmente, as formas e condições para o presente desconto. Parágrafo primeiro: Será garantido aos trabalhadores não sócios da entidade, que quiserem manifestar oposição à Contribuição Negocial, o direito de exercê-la junto aos respectivos Sindicatos na forma dos acordos firmados e supra indicados. Parágrafo segundo: A guia de pagamento deverá estar obrigatoriamente acompanhada de uma relação nominal contendo o valor total do desconto. Parágrafo terceiro: Esta cláusula é de inteira responsabilidade da Federação e dos Sindicatos de Trabalhadores excluindo-se de qualquer encargo os sindicatos patronais convenientes. Na eventualidade de alguma empresa da categoria econômica ser demandada judicialmente por trabalhadores integrantes da categoria profissional visando o ressarcimento do valor referido na presente cláusula, na ocorrência disso, aceita a entidade sindical, desde já, a sua condição de responsável pela devolução do desconto reclamado, no caso de condenação da empresa, desde que tenha o empregador procedido a efetiva defesa judicial. Parágrafo quarto: Caso o registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho ocorra após o fechamento da folha de pagamento de junho de 2023, as empresas que não efetuaram o desconto previsto para o mês de fechamento da negociação, poderão fazê-lo, o mais tardar, no mês de julho de 2023, sem qualquer ônus. As empresas estabelecidas no âmbito de representação do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA**, descontarão dos integrantes da categoria, beneficiados ou não, pelo presente acordo, a importância equivalente 1 (um) dia de salário no mês de junho de 2023, limitado ao valor de **R\$175,00** (cento e setenta e cinco reais), já reajustados. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DE CUSTEIO:** É estabelecida uma "Contribuição Especial" para custeio das despesas inerentes à negociação coletiva, a favor do **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINMETAL**, a ser recolhida por todas as empresas integrantes da categoria econômica, vinculadas a qualquer dos Sindicatos Patronais ora convenientes, associadas ou não, localizadas nos municípios abrangidos por esta Convenção, em valor equivalente a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) da folha de pagamento de salários já reajustada, do mês de junho de 2023, a ser paga em 2 (duas) parcelas de 0,8% (oito décimos por cento) cada uma, vencendo a primeira, o mais tardar, até o dia 20 de julho de 2023 e a última até o dia 20 de agosto de 2023. Parágrafo primeiro: As empresas sem empregados recolherão o valor fixo de R\$30,00 (trinta reais), em parcela única com vencimento em 20 de julho de 2023. Parágrafo segundo: O não recolhimento nos prazos fixados serão aplicados os mesmos acréscimos (correção monetária, juros e multa) devidos ao FGTS. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ATRASOS NOS RECOLHIMENTOS:** O não recolhimento nos prazos fixados nas cláusulas nº 45, 46 e 51, mas dentro do mês previsto para recolhimento, acarretará a incidência de eventuais acréscimos de correção monetária, na forma que essa for aplicável aos recolhimentos do FGTS. Os recolhimentos efetuados depois de findo o mês





# SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Mauricio Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho

Sede Nova

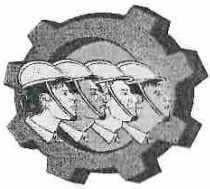
Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

estabelecido para sua efetivação, além dos eventuais acréscimos de correção monetária, na forma que essa for aplicável aos recolhimentos do FGTS, sofrerão acréscimos de multa de 10% (dez por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONDIÇÕES DA CONCILIAÇÃO – PRINCÍPIOS DA COMUTATIVIDADE E DO CONGLOBAMENTO:** Esta Convenção Coletiva de Trabalho foi resultado de ampla negociação coletiva, em momento de muitas dificuldades para as categorias convenientes e visou o equilíbrio destas dificuldades. Assim, o disposto nas cláusulas 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 9ª até 16ª, 22ª, 23ª, 45ª e 47ª se constituem em vantagens não previstas em lei aos integrantes da categoria profissional e as cláusulas 29ª, 30ª, 31ª, 32ª e 46ª se constituem em contrapartida às empresas da categoria econômica, em sintonia com os princípios da comutatividade e do conglobamento. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO:** Os acordos coletivos de trabalho celebrados deverão contar com a participação do Sindicato Patronal, quando modificarem as condições previstas nesta CCT, relativamente às questões de cunho econômico e sobre horário e jornada de trabalho. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS:** As homologações de rescisão de contrato de trabalho que ocorrerem perante o sindicato dos trabalhadores, no período da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, apenas quitarão os valores nelas constantes. 01. Não comparecendo o empregado, para receber as parcelas rescisórias, na data e hora marcados, o Sindicato dos Trabalhadores atestará, por escrito, a presença da empresa e a ausência do empregado. 02. Para homologação de rescisões contratuais, quando houver, o Sindicato dos Trabalhadores não poderá exigir das empresas a apresentação de documentos diversos dos relacionados na antiga Instrução Normativa nº 02, de 12.03.1992, do Ministério do Trabalho, e nesta convenção. 03. Recusando-se a homologar alguma rescisão contratual, o Sindicato dos Trabalhadores deverá informar à empresa, por escrito, as razões dessa recusa. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - REPASSE DE MENSALIDADES:** As empresas se comprometem a repassar ao Sindicato dos Trabalhadores, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a cada mês, as mensalidades descontadas de seus empregados, acompanhado de relação nominal dos empregados contribuintes, com valores individualizados.

O registro dos valores poderá ser feito na relação de associados fornecida pelo Sindicato dos Trabalhadores ou em outra elaborada pelo sistema de computação da empresa. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DIREITOS E DEVERES:** As partes convenientes deverão zelar pela observância do disposto nesta convenção. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DECLARAÇÕES:** Os Sindicatos convenientes declaram haver observado o disposto no artigo 17, inciso II, da Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020, para a celebração da presente Convenção Coletiva de Trabalho. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DEPÓSITO PARA FINS DE REGISTRO:** Compromete-se o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul a promover o depósito do requerimento de registro (Sistema Mediador) da



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,  
MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE HORIZONTINA.



Com base territorial em:

Alegria

Boa Vista do Buricá

Crissiumal

Dr. Mauricio Cardoso

Humaitá

Independência

São Martinho


Sede Nova

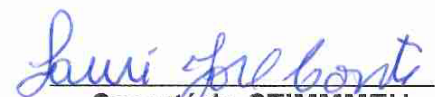
Três de Maio

Três Passos

Tucunduva

presente Convenção Coletiva de Trabalho, para fins de registro e arquivo, na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego – SRTE/MTE no Estado do Rio Grande do Sul, consoante dispõe o art. 614, da Consolidação das Leis do Trabalho e o art. 292 da Portaria MTP nº 671, de 08 de novembro de 2021. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – DIVERGÊNCIAS: Eventuais divergências oriundas da aplicação ou alcance do disposto nesta convenção, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – PENALIDADES: No caso de descumprimento do contido nesta convenção, inclusive pelos empregados beneficiados, haverá a incidência da multa que houver sido especificada em suas cláusulas. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PROCESSO DE PRORROGAÇÃO E REVISÃO: Eventual revisão desta convenção deverá observar os mesmos critérios para sua elaboração. CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA: Para a celebração desta Convenção Coletiva de Trabalho foram assistidos: a) Os Sindicatos Profissionais por seus advogados Lauro Wagner Magnago, OAB/RS nº 22.276 e Juliane Durão, OAB/RS nº 81.736; b) Os Sindicatos Patronais por seus advogados Gisele de Moraes Garcez, OAB/RS 68.534 e Carlos Francisco Schmitt Cumerlato, OAB/RS nº 18.112. Após breve saudação aos participantes o Presidente, passou a falar sobre os assuntos da assembleia e passou para a votação, sendo todas as cláusulas **APROVADAS** por unanimidade, inclusive o desconto negocial/assistencial, que ficou estabelecido em um dia de trabalho descontado de cada funcionário, limitado a R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco ) reais . Também, foi fixado na assembleia os dias 08 e 09 do mês de maio das 07:00 h às 19:00 h , sem fechar ao meio-dia , para os não sócios que quiserem manifestar sua oposição ao desconto, junto à entidade. A manifestação deverá ser presencial, como FOI. Estando todos esclarecidos as cláusulas foram aprovadas por aclamação unânime. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente e Secretário agradeceram a presença de todos e declararam encerrada a assembleia, da qual para constar lavrou-se a presente ata que lida e aprovada é assinada por mim, Lauri José Conti, Secretário e Jorge Luis Ramos , Presidente da Entidade.

  
Presidente STIMMEH  
Jorge Luis Ramos

  
Secretário STIMMEH  
Lauri José Conti